

CURRÍCULO, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES PELA CATEGORIA CONSTITUÍDA POR SUJEITOS POLÍTICOS

Gelta T. Ramos Xavier¹

Carla Andréa Lima da Silva²

Geórgia Moreira de Oliveira³

Resumo:

A relação currículo e ideologia e a questão da hegemonia é temática recente para os sujeitos implicados neste campo. A Michael Apple em “Ideologia e Currículo” (1982) coube desvelar as possibilidades de nos confrontarmos, situando as tensões presentes quando das escolhas ou acomodações à ordem. A leitura de Gramsci favoreceu o adensamento dessas compreensões e, desde então, os questionamentos a qualquer mudança se estabelecem como estágio obrigatório para os que politizam o campo.

Currículo e formação dos educadores, neste quadro, têm merecido destaque e reconhecemos as evidências fortes de que a discussão deva passar pelos movimentos sociais mais que pela academia ou pela burocracia do Estado. No passado recente, as disputas em torno do projeto de formação dos educadores marcaram os caminhos que na Universidade, na escola básica, através da legislação se verificaram. Ao longo da década de oitenta, particularmente a ANFOPE e a CNTE, definiram posições-chave. Já o período posterior, considerando a força que teve o Governo FHC no Ministério da Educação e a mobilização ou adesão por parte significativa da intelectualidade paulistana, gerou embates e perdas tendo em vista o projeto de formação a que tínhamos visado até então.

A escolarização-formação-direito ao trabalho, reconhecido aos jovens das classes trabalhadoras, tem sido considerado tema relevante apenas se associado a mais precarização. Escolarização e profissionalização dos estudantes de cursos de formação no nível médio de ensino é polêmica considerável e nela nos instalamos defendendo as bases históricas e políticas de uma cultura profissional que em ‘a questão meridional’ (Gramsci) identificamos instigantes apelos para travar o debate.

Este texto incorpora-se ao conjunto das pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo – NUPEC, sob o título “Currículo, trabalho e cultura profissional” (nutrindo-se da intensa contribuição de seus integrantes e do diálogo com seus interlocutores – investigadores de diferentes instituições, profissionais da escola básica, estudantes dos cursos normal e de pedagogia) e caracteriza-se como pesquisa participante, porque entendemos que *o grande desafio do nosso tempo deve ser confrontado de algum modo, e fazê-lo requer uma intervenção prática nos*

¹ Professora Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense; Coordenadora Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo/UFF.

² Supervisora Rede Municipal de Niterói – Educação Infantil; Integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo/UFF.

³ Supervisora Rede conveniada de Creches Comunitárias do Município de Niterói; Integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo/UFF.

desenvolvimentos sócio-históricos em andamento, com base em alguma concepção ou ideal estratégicos apropriados à situação (MÉSZÁROS, 2009, p.290).

Frente à segregação evidente na organização do sistema de ensino, o que se ressalta são as condições sociais desiguais e os comportamentos de certos estratos como massa desagregada no plano político da constituição da classe. As mudanças propostas/impostas oficialmente como parte da estruturação global do ensino, segundo a lógica do capital, transformam a educação em mercadoria e, em consequência, distorcem as exigências da classe e as reivindicações de luta.

Sindicato, Partido e Estado são questionados, tendo em vista a reelaboração das correntes políticas e das mentalidades. Aos movimentos sociais, no contexto da reorganização da classe, ao captar os elementos sócio-culturais, intervindo para a superação da herança histórica de desagregação a que está exposta a categoria dos professores, cabe assumir a orientação política, externalizando finalidades e métodos decisivos para a compreensão do mundo social e seus ideais na atualidade.

A concentração de esforços para alternativas de formação no âmbito dos movimentos sociais através da Central Sindical e Popular – CONLUTAS informa a relevância deste trabalho que destaca problemas inseparavelmente empíricos e teóricos ao tratar de currículo e formação profissional docente tomando a categoria constituída por sujeitos políticos. Está evidente para nós que *romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente* (MÉSZÁROS, 2005, p. 47).

Deste modo, cabe o questionamento: a que direção se visa quando as definições de classe e a constituição dos movimentos concentram-se no trabalho, sob desenhos, apelos, reivindicações e necessidades distintas no âmbito temporal e espacial?

Palavras-Chave:

Hegemonia, contra-hegemonia, currículo e formação

1) Processos de constituição da cultura profissional

A história do campo curricular deve ser apresentada a partir da inserção dos trabalhadores da educação no debate, teorizando e encaminhando orientações para a prática pedagógica nos sistemas de ensino e nas escolas. Este caminho nem sempre foi trilhado. Houve, até a década de oitenta, predominantemente, a imposição da força da burocracia e o apelo ao oficial para gerar uniformidade e controle efetivos.

Em meio a conquistas políticas desde o enfrentamento à ditadura, é com a difusão da obra de Michael Apple “Ideologia e Currículo” (1982) no Brasil que se observa a perspectiva de os educadores analisarem, discutirem e alterarem a forma e o conteúdo das propostas e estudos do currículo. Conceitos como os de hegemonia, ideologia, intelectuais orgânicos fundamentaram descobertas a respeito dos processos de

negociação, organização e direção política. Submeter nossas atividades diárias a exame político e econômico rigoroso exigiu leitura atenta das obras de Gramsci, nem sempre de modo direto. Algumas vezes estas iniciativas mediadas pelo acesso a Raymond Williams, Clifford Geertz, Pierre Bourdieu, Michael Young levaram-nos a buscas de aprofundamento.

“A questão meridional” figurou como instigação à compreensão do que nos ocorria como trabalhadores, ao focar os problemas dos camponeses e operários do norte e do sul da Itália, a intervenção do Estado quando submete o sul em função dos interesses da burguesia do norte, visando a apoderar-se de impostos estatais sobre o sul, extração de recursos naturais, exploração da mão-de-obra barata e concentração regional da industrialização. É a segregação, a desqualificação e as justificativas quando consideram os do sul bárbaros, criminosos, indivíduos inferiores mentalmente, que marcam a distinção de uns e outros, fomentando um obscuro movimento nacional-popular e transferindo a contradição capital-trabalho para o combate entre trabalho-trabalho, sendo os trabalhadores do norte os inimigos.

Gramsci sugere, tratando “a questão meridional”, a análise da perspectiva histórica da formação das classes sociais, busca as raízes do desenvolvimento desigual e descontínuo da sociedade e como o apelo à unidade nacional distorce o sentido das alianças de classe. Desse modo, propõe modificar a orientação política e a ideologia do proletariado, sob a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa, desmembrar o âmbito nacional e identificar quais são as estruturas concretas e os impactos para um projeto político-social. São significativos os procedimentos indicados por Gramsci para o reconhecimento da herança histórico-cultural para as forças ideológicas da luta diária e a compreensão das tendências culturais externas à vida nacional – as inovações técnico-produtivas dos Estados Unidos.

Ainda que estes textos, sob o rótulo de “a questão meridional”, ressaltem problemas de uma história específica e possam ser analisados, enfatizando o mundo agrário em disputa com o mundo urbano, e remetam ao desequilíbrio da unidade nacional italiana, sob o domínio da burguesia setentrional entre 1860-71, para nós eles permitem apontar as exigências de classe, os projetos políticos de sua organização, o controle do papel que cabe aos intelectuais, a presença do Estado, do partido e do sindicato.

É assim que centralmente nos voltamos à problemática da formação das jovens gerações no nível médio e superior de ensino, estudando o mundo em seus contraditórios processos de transformação e buscando soluções que atendam às reivindicações populares. Os sujeitos da democracia popular se formam para além da especialização.

Sendo a esfera econômico-produtiva inseparável da política-cultural, Gramsci observa que um grupo social não consegue exercer a 'direção' ético-política, sem 'desempenhar uma função essencial no campo produtivo', uma vez que 'não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade econômica' (SEMERARO, 2006, p.115).

2) Que formação política, educacional, classista?

O cenário político-educacional implica tensionamento e disputa de projetos, considerando o acúmulo pela categoria dos educadores e o distanciamento de parte significativa dos intelectuais voltados particularmente para planos governamentais ou tópicos da academia. As distorções se evidenciam quando localizamos as prontas respostas às demandas de transformar educação em mercadoria, cumprindo a determinação de girar a oferta de cursos a projetos amparados e amparando ganhos financeiros pautados nos acordos e compromissos com os organismos internacionais. O foco no ensino superior, a formação de bacharéis e licenciados, a pós-graduação diversificada e de múltiplos enfoques, constituem-se em iniciativas de desprofissionalização como a outra face do desemprego e da precarização da vida para os mais jovens.

O nível médio de ensino não oferece exatamente um ponto a partir do qual alavancar o debate. A história da constituição de tal nível pode ser marcada, na atualidade, pelos acontecimentos da reforma de 1971 – a Lei 5692/71, quando foi imposta a formação profissional a todos os estudantes do 2º grau, alterando-se em pareceres, decretos, e novas leis os modos como se desenvolveriam os cursos. Das iniciativas para se cumprir o projeto de educação da classe trabalhadora, fixando-se o debate em torno do que defendíamos tendo o trabalho como princípio educativo, desviamos-nos absurdamente para as iniciativas voltadas para a profissionalização dos mais pobres e a continuidade dos estudos para os melhor situados financeiramente.

O debate em muito tem se afastado do que significa a relação estrutura/conjuntura/juventude/trabalho/desemprego/subemprego/precarização da vida.

Nem mesmo dados estatísticos são a base para situarmos as condições de formação e direito ao trabalho aos sobrantes.

As críticas rigorosas que fizemos à escola – e aí vale retomar desde a literatura: “A escola está morta” “Sociedades sem escolas”, “A Reprodução”, “Pedagogia do Oprimido” – obras que propiciaram entender as formas de domesticação e a necessidade de superar a escola, ao mesmo tempo que, em nossas trincheiras, disputávamos a garantia da escola – socialmente referenciada.

A história da formação intelectual, política, acadêmica, profissional dos educadores, no nível médio e superior, parte da história do sistema nacional de educação é apresentada/vivida de modo simplificado, reduzido, instável e improvisado. Considerando as experiências organizadas no século XIX no Brasil, identificamos iniciativas de curta duração, cujos planos implementados por pouco tempo, logo eram modificados.

Heloisa Villela (2008) recupera a trajetória da escola normal, a criação da primeira Escola Normal na América, pretendendo observar o modelo francês, mas dele se distanciando na medida em que as condições concretas estabeleciam-se conforme os interesses políticos no país. É neste período pautada a temática, contendo a primeira Lei de Instrução Primária, indicações sobre a constituição das escolas elementares e a formação de professores.

Não se revelam cumulativas as experiências de formação. Em 1847, a Escola Normal é incorporada ao Liceu de Artes e Ofícios como um de seus cursos. O Magistério para a instrução elementar e para a Instrução Média estabelecem-se provisoriamente até a extinção oficial em 1851.

As diversas reformas propõem alterações jurídicas e políticas e a síntese destas iniciativas pode ser retratada no final dos anos noventa, mantendo-se e valorizando-se a oferta dos Cursos de Graduação, lado a lado com os Cursos Normais Superiores, admitindo-se os Cursos Normais.

Na atualidade, a formação inicial e continuada são objeto de discussão, tendo as medidas governamentais priorizado os cursos aligeirados, com destaque para a certificação e as possibilidades de generalizarem-se os cursos a distância.

As disputas em torno do sentido, da direção a que visamos nas lutas concentram-se nas concepções de direito ao trabalho e à formação, ressaltando-se a preponderância

da ciência e da tecnologia na esfera do trabalho e da produção, o que implica o domínio de conhecimentos, a familiaridade com linguagens científicas. O currículo deve incorporar tais dimensões e fazendo preponderar as necessidades expostas por aqueles aos quais se destina. Não é se pondo à margem da ciência e do trabalho qualificado que se chega à hegemonia, pois “a escola do trabalho deve, ao mesmo tempo, estar orgânica e cientificamente vinculada aos interesses populares e ao modo de produção mais avançado”. (SEMERARO, 2006, p.120)

3) Sulear o debate, indicar a direção da luta

Em Gramsci, especialmente na análise da “questão meridional”, os intelectuais são tidos como indispensáveis na construção de um movimento realmente nacional e popular para seu país. As críticas ao modo como se inserem possui significado contraditório naquela conjuntura, ao revelarem provincianismo regional, aversão ao trabalho braçal, inseridos no aparato burocrático, descolados das massas, organizadores técnicos, especialistas da ciência aplicada.

E na atualidade, como se comportam? Adesistas à governabilidade, acomodados à ordem, defensores da harmonia coordenada, atemorizados pela incerteza das mudanças radicais. Governabilidade é a palavra-chave e em seu nome imobilizam-se, são inertes à dinâmica da vida que explode, nas demandas e necessidades materiais da juventude.

A fragilidade da representação docente pelas associações e a conformidade dos acadêmicos, face aos encaminhamentos oficiais implicam perdas significativas quanto às respostas exigidas pela *necessidade de se desenvolver de maneira apropriada as condições políticas e culturais/teóricas – assim como as educacionais existentes – que apresentam um grande desafio para o futuro* (MÉSZÁROS, 2009, p.190).

O provincianismo regional intelectual é identificado na pouca crítica e rara reflexão se ousa fazer às perdas quanto à instalação de projetos de interesse nacional no âmbito da educação, à força reguladora das agências internacionais, ao desmantelamento dos monopólios públicos abrindo espaços aos mercados externos, às regras de imigração interna e às sanções ao impedir a livre circulação de capitais estrangeiros.

Ao propormos sulear o debate, indicamos mais que inverter as escolhas, mais que acolher a universalidade das lutas. Sugerimos situar a complexidade da estrutura

social e estatal, como parte de processos históricos, diacrônicos, de cunho oriental, como propõe Saïd, na direção do homem-mulher-sujeitos-políticos.

Os movimentos organizados situam genericamente as lutas da juventude e dos profissionais de diversas categorias. Nos episódios de greve nas universidades ou da escola básica faz-se notar a presença da categoria dos docentes e estudantes organizados em núcleos como até recentemente se identificou a CONLUTE – Coordenação de Lutas dos Estudantes. E, na atualidade, a ANEL – Associação Nacional dos Estudantes em Luta se engaja e se manifesta, chamando os jovens para as situações de formação e enfrentamento. Está dado superar as ilusões reformistas de que o capitalismo pode ser regulado e o despertar da disposição para derrotá-lo.

É central perceber a fragilidade e dispersão das idéias, dos movimentos e ações de enfrentamento. A materialidade dos salários baixíssimos dos profissionais e a ausência de reconhecimento pelo conteúdo do trabalho importam menos na compreensão do nível de exploração e o ataque aos oprimidos.

O país foi atingido pela grave crise econômica do final de 2008, beneficiou-se parcialmente da recuperação a que se visou com muita propaganda e recurso estatal injetado, mas não se afasta dos riscos e perdas impostas aos trabalhadores da Grécia, Espanha, Itália – para citar os visibilizados no plano internacional.

4) Raízes históricas, compreensões presentes e passos futuros

Reivindicar as leituras da grandiosa obra de Antonio Gramsci não é recurso acadêmico, mas afirma o lastro de conhecimento e confiança para as análises e lutas políticas. A centralidade do trabalho para os educadores e para os estudantes mantém-se como autorreferencialidade do discurso político e base das ações que implicam a escola, o sindicato e o partido.

Domenico Losurdo, Carlos Nelson Coutinho, Giovanni Semeraro, Guido Liguori, Giorgio Baratta, István Mészáros são interlocutores vigorosos à disposição na crítica e rearticulação dos antigos e modernos aparelhos de hegemonia. O ganho está em localizar a potencialidade de formar-se e, ao mesmo tempo, disputar a conquista e o poder do Estado. Formar a classe dirigente, formar a classe trabalhadora como classe dirigente é anseio e finalidade das lutas propostas pelos adultos e jovens trabalhadores, na escola, no sindicato, no partido.

Referências bibliográficas:

APPLE, M. (1982). Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense

COUTINHO, C. N. (2006). Intervenções. O marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez.

GRAMSCI, A. (2001). Cadernos do Cárcere. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2002). Cadernos do Cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIGUORI, G. (2007). Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

LOSURDO, D. (2006). Gramsci. Do liberalismo ao comunismo crítico. Rio de Janeiro: Revan.

MÉSZÁROS, I. (2009). Estrutura Social e Formas de Consciência. A determinação do método. São Paulo: Boitempo.

_____. (2005). A Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo.

SEMERARO, G. (2006). Gramsci e os novos embates da Filosofia da Práxis. São Paulo: Ideias e Letras.

VILLELA, Heloisa (2008). A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a instituição de formação de professores no século XIX. In: FREITAS, J.C et alii. As escolas normais no Brasil. Do Império à República. Campinas: Alínea.